

A urgência de se fortalecer o arcabouço estatístico brasileiro

Roberto Luís Olinto Ramos

Pesquisador associado do FGV IBRE, ex-presidente do IBGE

Vagner Laerte Ardeo

Vice-diretor do FGV IBRE

A produção de informação quantitativa no mundo vem crescendo sensivelmente. Graças aos avanços tecnológicos, é possível obter cada vez mais dados com mais rapidez, e essa facilidade tem alimentado a demanda por estatísticas que apoiem e fortaleçam a tomada de decisões, como as de políticas públicas.

Para alimentar essa dinâmica virtuosa, torna-se necessária uma gestão segura sobre a qualidade do dado que se obtém, seu sigilo, entre outras características que garantam a confiabilidade das estatísticas produzidas a partir dessa rica e farta matéria-prima. Para isso, diversos países vêm operando profundas transformações jurídicas, institucionais e tecnológicas, visando à organização de seus sistemas oficiais nacionais de estatística e geoinformação.

No Brasil, esse desafio de modernização e ampliação da capacidade de geração de estatísticas oficiais não tem sido tratado com a devida importância. Além do desprezo do governo pelo trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) nos últimos anos – ao acentuar as dificuldades orçamentárias do órgão, e não garantir o corpo técnico adequado para a execução dessa tarefa tão fundamental para se compreender o país –, há questões pendentes no ordenamento desse trabalho que persistem há mais tempo, e cuja urgência em resolver se acentua no ritmo dos avanços tecnológicos.

Apesar de a legislação brasileira sobre o tema – que se inicia em 1934, com o decreto que criou o Instituto Nacional de Estatísticas, primeira versão do IBGE – ter contemplado um bom ordenamento da atividade no Brasil, com ideias pioneiras quando comparadas mundialmente, muito do que se determinou no decorrer dos anos ficou restrito ao papel. Por exemplo, a lei que define o IBGE como coordenador do sistema estatístico nacional não definiu sua autoridade para exercer essa coordenação. Também pouco estabeleceu-se, de fato, os elementos que determinam o que é um

dados oficiais no Brasil. Ou seja, apesar de todas as definições estabelecidas em decretos, a concepção de um sistema integrado de estatísticas e geoinformação nunca foi implementada de forma estrutural e com hierarquias, como se imaginava em um Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO).

Para compreender as implicações desse arcabouço incompleto, tomemos como exemplo o balanço produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Trata-se de uma estatística importantíssima para coordenar o planejamento da geração, distribuição e transmissão de energia de acordo com a projeção de demanda de empresas e famílias para determinado horizonte de tempo. E a reconhecemos como oficial pelo fato de ser gerada por um órgão de governo. Mas essa produção não obedece a padrões e conceitos que garantam a possibilidade de compará-la a estatísticas geradas por outras fontes, permitindo sua utilização em outros estudos estatísticos oficiais que enriqueceriam essa análise. O mesmo acontece com os dados de saúde gerados pelo DataSUS, do Ministério da Saúde, ou os de educação produzidos pelo Inep: não há uma harmonização que fortaleça a classificação desses índices como oficiais, e permita a “conversa” com os demais índices que detêm o mesmo *status*.

Outro elemento, previsto desde 1967 no arcabouço legal da geração estatística brasileira, é a elaboração de um plano geral de informações estatísticas e geográficas (hoje PGIEG), discutido em conferências nacionais, responsável por determinar quais estatísticas devem ser produzidas, sob a responsabilidade de quem, em qual

periodicidade e com qual cronograma de divulgação. Há muito tempo esse plano não é atualizado.

É fundamental pensar uma reformulação para fortalecimento do arcabouço estatístico nacional a partir dessas tarefas não realizadas ou abandonadas. Para essa organização, entretanto, há claramente a falta de uma autoridade estatística nacional que tenha o papel de regular e integrar a produção da informação oficial, sem retirar do IBGE a responsabilidade pela coordenação metodológica desse sistema. Foi organizado um grupo de estudos coordenado pelos autores, com a participação de outros pesquisadores associados ao FGV IBRE, e de convidados externos, cujo principal resultado foi a sugestão de criação dessa figura para, a partir dela, modernizar e ampliar a produção estatística brasileira em bases sólidas, seguindo as melhores práticas internacionais.

O horizonte de consolidação do universo das estatísticas oficiais do Brasil pode ser planejado a partir de duas frentes. A primeira sistematizando as fontes de dados que podem ser usadas, além das coletas oficialmente realizadas pelo IBGE. Atualmente, a produção de informação no Brasil é realizada por diversos órgãos, nos níveis federal, estadual e municipal, de maneira independente. Além disso, parte dos dados reunidos em diversas instâncias não é considerada para fins estatísticos. Por exemplo, o uso de fontes como as notas fiscais eletrônicas para a formulação de estudos estatísticos hoje acontece de forma pontual, a partir de convênios com a Receita Federal. Ainda não há

Falta uma autoridade estatística nacional para regular e integrar a produção da informação oficial, sem retirar do IBGE a responsabilidade pela coordenação metodológica

um canal direto para o acesso a registros administrativos – prática que, nos países da OCDE, já é um protocolo. Países que estão na fronteira dessa prática, fruto de um trabalho que se iniciou há algumas décadas, se aproximam de avanços até pouco tempo inimagináveis. Como a União Europeia, que recentemente publicou portaria abrindo o debate sobre o estabelecimento da obrigatoriedade de disponibilização de dados por empresas privadas, em condições ainda a serem definidas, para a elaboração de estatísticas nacionais oficiais. Se concretizada, tal decisão será uma conquista inédita.

A segunda é a possibilidade de se ampliar as fontes de produção oficial estatística para além das instâncias públicas. Hoje, o aumento observado da demanda por informações estatísticas é incompatível com a capacidade de

Ao se definir as **determinantes** de uma estatística oficial, poder-se-ia **ampliar** o número de produtores desses dados, com sua **metodologia** e operação devidamente **auditados**

atendimento pelo IBGE. Assim, ao se definir com clareza e detalhes as determinantes que conformam uma estatística oficial, poder-se-ia ampliar o número de produtores de dados oficiais, que teriam sua metodologia e operação devidamente auditados. O Reino Unido opera dessa forma, com autoridade para descredenciar o produtor que não seguir as normas estabelecidas para a produção de uma estatística pública.

Outra maneira de se ampliar o potencial de produção dessas informações é com a parceria do órgão público, no caso o IBGE, com outras instâncias que poderiam colaborar, por exemplo, na elaboração de metodologias para a criação de novos índices. Com isso, se aliará uma capacidade extra à produção do IBGE, que conta com a capilaridade necessária para realizar pesquisas no nível nacional. Tudo isso com uma estrutura predefinida e monitorada, e uma legislação adequada.

Ambas as frentes que aqui mencionamos apontam a uma tendência observada nos países referência, da organização de um “ecossistema de dados”, que estimula a interação de diversos atores em trocar, produzir e utilizar dados. A autoridade estatística, nesse caso, ficaria a cargo de integrar os diversos produtores de estatística e geoinformação sob um sistema nacional onde há uma agenda, normas e outras condicionantes.

Nossa recomendação é de que o governo que assumir o Brasil em 2023 se empenhe na criação dessa autoridade. Chame as conferências nacionais de estatística e geografia, atualize o plano geral de informação e discuta a criação dessa autoridade para timonear o traba-

lho. Com um plano adequado, e uma institucionalidade fortalecida, teremos uma discussão orçamentária mais adequada, visando a uma linha de produção clara – o que inclui estudos periódicos como o censo demográfico que, depois de postergado devido à pandemia este ano, sofre dificuldades operacionais por restrições orçamentárias. E cujo resultado seja comunicado à sociedade de forma clara e acessível, possibilitando que todos possam entender e discutir o Brasil em que vivem.

Concluindo, o Brasil necessita de um sistema de estatísticas e geoinformação atualizado, com uma organização de seus produtores mais integrada, com dados e padrões compartilhados, com tecnologia de ponta e, principalmente, com uma cultura que olhe a informação oficial como um ativo nacional fundamental para conhecer, pensar e planejar o país. ▼

Participam das discussões para a criação da autoridade estatística nacional, mencionada no texto: Claudio Considera – pesquisador associado do FGV IBRE; Claudio Dutra Crespo – ex-diretor de Pesquisas do IBGE; Marcus Peixoto – Senado Federal, ex-assessor parlamentar do IBGE; Manoel Pires – pesquisador associado do FGV IBRE; Nelson Barbosa – pesquisador associado do FGV IBRE; Luiz Ugeda – CEO e fundador da Geodireito; João Bosco – IBGE, ex-diretor de Geociências.

